

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EB)

RODRIGO HENDERSON BESSA

BIBLIOTECONOMIA E TEORIA PÓS-COLONIAL: CAMINHOS POSSÍVEIS  
PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Rio de Janeiro

2019

RODRIGO HENDERSON BESSA

BIBLIOTECONOMIA E TEORIA PÓS-COLONIAL: CAMINHOS POSSÍVEIS  
PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Biblioteconomia da  
Universidade Federal do Estado do Rio de  
Janeiro como requisito parcial à obtenção do  
grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. ALBERTO CALIL JUNIOR

Rio de Janeiro

2019

B557b Bessa, Rodrigo Henderson  
Biblioteconomia e Teoria Pós-Colonial: caminhos  
possíveis para a emancipação social / Rodrigo Henderson  
Bessa. -- Rio de Janeiro, 2019.  
39 f.

Orientador: Alberto Calil Junior.  
Trabalho de conclusão de curso (Graduação em  
Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio  
de Janeiro, Escola de Biblioteconomia.

1. Biblioteconomia. 2. Teoria Pós-colonial. 3.  
Competência em Informação. 4. Competência Crítica em  
Informação. I. Calil Junior, Alberto, orient. II. Título.

RODRIGO HENDERSON BESSA

BIBLIOTECONOMIA E TEORIA PÓS-COLONIAL: CAMINHOS POSSÍVEIS  
PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Biblioteconomia da  
Universidade Federal do Estado do Rio de  
Janeiro como requisito parcial à obtenção do  
grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Alberto Calil Junior (Orientador)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Gustavo Saldanha (Membro interno)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof. Dr. Bruna Nascimento (Membro interno)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Dedico este trabalho à todos os pequenos personagens que, embora não sejam narrados pela história oficial, encontram nas frestas formas de (r)existir, de ressignificar e reinventar a vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, pela oportunidade de vivenciar essa grande experiência que é a vida humana. Ter saúde e lucidez para seguir nessa jornada.

Agradeço, igualmente, todos aqueles que lutaram e lutam por uma educação pública, gratuita e de qualidade, que com seus esforços permitiram que milhares de brasileiros, assim como eu, tivessem acesso a um ensino de excelência ampliando seus horizontes e ajudando a mudar a realidade local e global.

Agradeço a todos os professores que, contra todas as adversidades, se dedicam incansavelmente para compartilhar seus conhecimentos e nos inspiram a sermos melhores alunos, profissionais e, sobretudo, humanos.

Agradeço, em especial, ao professor Gustavo Saldanha por mostrar, logo no primeiro período, que a Biblioteconomia é especial e que um bibliotecário pode e deve ser um exemplo. Por ser uma fonte incrível de inspiração, por toda sua humildade, disponibilidade, seu incrível conhecimento e intelecto, e sua grande capacidade de sensibilidade humana.

Agradeço, também, ao professor Alberto Calil pois foi durante sua disciplina (FIG) que me encantei com um ramo de estudos da Biblioteconomia – Competência em Informação – que veio a modificar inteiramente minha trajetória na área. Dediquei-me a estudá-la com mais afinco e, hoje, estou no mestrado em Ciência da Informação aprofundando essa temática. Agradeço imensamente por ter me aceito como orientando, e com toda sua paciência, serenidade, compreensão e sabedoria ter me auxiliado no processo de construção deste trabalho.

Agradeço a todos os meus familiares e amigos que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui

Agradeço, sobretudo, a minha companheira, Vanessa Capucho, que me inspirou e me inspira diariamente. Que acreditou e acredita mais em mim do que eu mesmo. Que me apresentou a Biblioteconomia e mudou (pra melhor) definitivamente minha vida. Me permita

tomar emprestado uma música gravada por Zeca Pagodinho e composta por Claudinho Guimarães e Serginho Meriti? “Foi Deus quem pôs você no meu caminho na hora certa pra me socorrer, eu não teria chegado sozinho a lugar nenhum se não fosse você”. Obrigado!

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador.”

Eduardo Galeano



## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar soluções para aprofundar uma reflexão no campo da Biblioteconomia que vise uma aproximação com os estudos pós-coloniais evidenciando uma possível situação de mútuo benefício dessa relação. Apresenta um breve histórico da formação do campo biblioteconômico com ênfase na importância do seu aspecto social e interdisciplinar, bem como expõe de maneira abreviada a construção da teoria pós-colonial, perpassando pelos seus principais autores até chegar ao conceito de competência crítica em informação, via pela qual acredita-se que a Biblioteconomia poderia auxiliar no processo de fortalecimento e difusão desses estudos. Justifica-se essa proposta por sua intenção de contribuir para o alargamento das interações biblioteconômicas, promovendo novas reflexões que sejam capazes de potencializar a realização de diagnósticos críticos a respeito do contexto social, político e econômico que cercam o bibliotecário, contribuindo para a formação de uma Biblioteconomia engajada na formação de uma sociedade mais justa e democrática. A metodologia utilizada foi exploratória a partir de revisão de literatura sobre o tema, e, por fim, concluiu-se que essa relação proposta entre biblioteconomia e os estudos pós-coloniais pode ser salutar e concorrer para a formação de uma sociedade com mais justiça epistemológica, mais justiça social, mais democracia e pluralidade.

**Palavras-Chave:** Biblioteconomia. Teoria Pós-colonial. Competência em Informação. Competência Crítica em Informação.

## **ABSTRACT**

The present work aims to identify solutions to deepen a reflection in the field of librarianship that aims at an approximation with the postcolonial studies evidencing a possible situation of mutual benefit of this relationship. It presents a brief history of the formation of the library field with emphasis on the importance of its social and interdisciplinary aspect, as well as exposes in an abbreviated way the construction of postcolonial theory, passing through its main authors until arriving at the concept of critical competence in information, via by which it is believed that Librarianship could help in the process of strengthening and diffusion of these studies. This proposal is justified by its intention to contribute to the expansion of library-based interactions, promoting new reflections that can make critical diagnoses about the social, political and economic context surrounding the librarian possible, contributing to the formation of a Librarianship engaged in the formation of a more just and democratic society. The methodology used was exploratory from a literature review on the subject, and finally, it was concluded that this proposed relationship between librarianship and post-colonial studies can be salutary and contribute to the formation of a society with more epistemological justice, more social justice, more democracy and plurality.

**Keywords:** Librarianship. Postcolonial studies. Information Literacy. Critical Information Literay.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	13
<b>3 BREVE HISTÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA</b> .....	17
<b>4 ESTUDOS CULTURAIS, TEORIA PÓS-COLONIAL E ESTUDOS SUBALTERNOS</b>	23
<b>5 BIBLIOTECONOMIA: um convite à reflexão crítica</b> .....	27
<b>6 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: uma ferramenta da Biblioteconomia e possível aliada na promoção dos estudos subalternos.</b> .....	33
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36

## 1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia é considerada uma das mais antigas disciplinas que se ocupa do acesso à informação e de sua transmissão, pois está intrinsecamente ligada ao surgimento da biblioteca.

De acordo com Ana Paula Lima dos Santos e Mara Eliane Fonseca Rodrigues, a necessidade de organizar, conservar e divulgar os documentos, desde o início da escrita até a época moderna, levou as bibliotecas a criarem uma série de procedimentos e métodos que, apesar de possuírem caráter eminentemente técnico, visando à resolução de problemas práticos, formaram um conjunto de técnicas e de questões envolvendo a rotina dessas técnicas que, ao longo do tempo, se constituíram na base da futura disciplina Biblioteconomia (SANTOS; RODRIGUES, 2013).

É possível constatar, pois, que os saberes biblioteconômicos, desde seus primórdios, giram em torno da reflexão sobre a aplicação das práticas e normas à criação, organização e administração das bibliotecas. Fato este que levou a Biblioteconomia a ser considerada uma área cientificamente pouco fundamentada. Talvez por isso, Cristina Ortega (2004) explicou que apesar da Biblioteconomia ser a atividade mais antiga de organização de documentos, no seu todo não é uma área cientificamente fundamentada e que “[...] encontra na Ciência da Informação a possibilidade de construção de referenciais teóricos e de conquista de status científico”.

Entretanto, como bem observam Santos e Rodrigues (2013), apoiadas no trabalho de Vakkari (1994), deve se ter em mente que historicamente a Biblioteconomia é anterior a Ciência da Informação, e que no seu percurso está registrado todo um esforço em busca de bases conceituais e da construção de princípios teóricos para nortear as ações da área.

*Advis pour dresser un bibliothéque* (1627), obra escrita por Gabriel Naudé (1600-1653) é considerada um marco fundamental para o campo, pois trata-se do primeiro manual para bibliotecários, que formalizou as bases conceituais da

Biblioteconomia, abrindo caminho para a afirmação de importantes conceitos, como a ideia de ordem bibliográfica (SANTOS; RODRIGUES, 2013; ORTEGA, 2004).

Como veremos mais adiante o movimento de criação e disseminação das bibliotecas públicas contribuiu para o desenvolvimento de um perfil mais social da Biblioteconomia e do bibliotecário, pois a biblioteca pública era considerada uma agência educacional das massas e da democratização da cultura (ORTEGA, 2004). São diversos os autores que apontam para um compromisso social e/ou intrínseco à Biblioteconomia, entre os quais destacamos os trabalhos de Jesse Shera (1977), Waldomiro Vergueiro (1988), Sueli Angélica do Amaral (1995), Miriam Vieira da Cunha (2003), Elisabeth Dudziak (2007) e Elisa Machado; Alberto Calil Elias Junior e Daniele Achilles (2014).

Sendo a Biblioteconomia uma área de conhecimento e atuação profissional que vem se transformando a partir das inovações e mudanças tecnológicas, econômicas e sociais no decorrer dos tempos, este trabalho visa investigar a história da Biblioteconomia, destacando seu caráter social e interdisciplinar para propor novas reflexões no campo que possam contribuir para a emancipação social. Já os objetivos específicos são: a) apresentar e discutir o que vem a ser Teoria Pós-colonial, e de que modo esse debate pode interessar a biblioteconomia e b) apresentar e discutir os conceitos de competência em informação e competência crítica em informação e de que modo esses estudos podem fortalecer os estudos pós-coloniais e juntos concorrerem para a formação de uma sociedade mais democrática, plural e justa.

Para lograr êxito nesse intento, a pesquisa conta com a seção seguinte dedicada a Metodologia utilizada, bem como uma breve seção sobre a história da Biblioteconomia. Uma outra seção é dedicada aos estudos pós-coloniais, seguida da terceira seção que aponta para as benesses da teoria pós-colonial para Biblioteconomia e da Biblioteconomia para os estudos pós-coloniais, e, por fim, encerra-se com as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

Nesta seção serão abordados aspectos gerais de uma pesquisa científica, bem como as características desse estudo em particular.

O primeiro passo para a realização de uma pesquisa científica é compreender o que, de fato, significa “pesquisa”. Para elucidar essa questão, apresenta-se a definição de um especialista em metodologia da pesquisa.

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Ou seja, para se iniciar uma pesquisa é necessária a existência de uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa (GERHARDT; SOUZA, 2009). No caso da presente pesquisa, busca-se responder a seguinte pergunta: a Biblioteconomia pode auxiliar nos estudos pós-coloniais, bem como ser auxiliada por essas mesmas teorias com vistas à emancipação social?

De acordo com Tatiana Gerhardt e Aline Souza (2009), metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. A metodologia vai além da descrição dos procedimentos, indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo.

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Em geral, os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Dessa forma, os “pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida

social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

De acordo com Deslauriers (1991), na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, independentemente de seu tamanho, o importante é que ela seja capaz de produzir novas informações.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências ((DESLAURIERS, 1991; GOLDENBERG, 1997; MINAYO, 2001; GIL, 2002; LÜDORF, 2017).

Quanto ao objetivo esta pesquisa pode ser considerada como uma pesquisa exploratória, visto que este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Essa definição concorre exatamente com o objetivo do presente trabalho que visa proporcionar uma maior familiaridade, no âmbito da Biblioteconomia, com a denominada “teoria pós-colonial” e busca confirmar ou rejeitar a hipótese de que a teoria pós-colonial e a biblioteconomia podem juntas contribuir para uma formação social mais justa, crítica, reflexiva e inclusiva. A grande maioria dessas pesquisas

envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Este trabalho tem sua motivação oriunda das discussões realizadas tanto nas aulas do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sobretudo nas disciplinas de Fundamentos da Biblioteconomia – ministrada pelo professor Gustavo Saldanha – e de Fontes de Informações Gerais (FIG) - ministrada pelo professor Alberto Calil -, quanto nas aulas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Desse modo, buscou-se trazer para o campo biblioteconômico – respeitando suas singularidades e interesses - debates que estão em curso na Ciência da Informação como pude observar na condição de aluno do PPGCI do IBICT/UFRJ, onde destaco as influências das aulas de “Epistemologia da Ciência da Informação”, ministrada pelos professores Gustavo Saldanha e Arthur Bezerra; “Informação, Conhecimento e Poder” ministrada pela professora Sarita Albagli e, também, a disciplina “Políticas do conhecimento e Regime de Informação” ministrada pelo professor Arthur Bezerra.

Nesse sentido, optou-se por realizar uma revisão de literatura que teve por base a bibliografia utilizada nas disciplinas aqui já citadas, bem como uma busca por outros materiais em bases como a Web of Science, a Library Information Science Abstracts (LISA), a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) para localizar artigos que contribuíssem para o desenvolvimento do tema da Biblioteconomia. Já para a localização de artigos relacionado as teorias sociais, realizou-se uma busca na Applied Social Sciences Index and Abstracts (ASSIA). Também foi utilizado o Google Acadêmico para recuperar artigos de ambas as temáticas.



Tanto os artigos recuperados nas bases de dados citadas, quanto os artigos e livros que compunham a bibliografia das disciplinas cursadas – que motivaram a criação desta pesquisa – conduziram-me a outros tantos autores e trabalhos através da curiosidade em saber e me aprofundar nesses autores que serviram de base para trabalhos brilhantes.

Essa é, portanto, a motivação e, também, o caminho pelo qual seguiu a presente pesquisa, e que resulta no trabalho aqui exposto.

### 3 BREVE HISTÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA

A história da Biblioteconomia está intimamente ligada à história das bibliotecas, fato que se evidencia no próprio significado etimológico da palavra Biblioteconomia. *Biblion* (livro); *théke* (caixa); *nomos* (regra). Por essa razão, Edson Nery da Fonseca (2007, p.1) define Biblioteconomia como o conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços apropriados: estantes, salas, edifícios”. Dessa forma, como observam Santos e Rodrigues (2013), é proveitoso recordar os avanços das bibliotecas para se evidenciar os fundamentos da Biblioteconomia.

A Biblioteca de Ebla, na Síria, data do terceiro milênio a.C, e de acordo com Ortega (2004, p.2) é a “existência comprovada das primeiras coleções organizadas de documentos, ou o que se poderia chamar de primeira biblioteca primitiva”. Ainda de acordo com a autora, os princípios da Biblioteconomia tem sua origem na organização encontrada nesta biblioteca.

Uma das maiores bibliotecas conhecidas – Biblioteca de Alexandria – surge entre os séculos VII e VIII a.C e tem uma história de resistência e saberes universalizados. Sobre a cidade de Alexandria e sua famosa biblioteca, Manguel (1997, p. 217) nos conta que

Alexandria, no Egito, era uma cidade excessivamente burocrática com um trânsito de documentos administrativos maior que sua capacidade para tal, o que demonstra disseminado domínio da escrita. No entanto, não se sabe se a biblioteca era reservada apenas aos eruditos ou a um público mais amplo. Parte do acervo desta biblioteca foi constituído principalmente a partir de um decreto de Ptolomeu III em que todos os navios que parassem em Alexandria tinham que entregar seus livros para serem copiados (após a cópia, às vezes devolviam-se os originais, às vezes as cópias). O objetivo era o de uma biblioteca que abrigasse a totalidade do conhecimento humano registrado.

Na Idade Média houve predomínio das bibliotecas ligadas às ordens religiosas. Os mosteiros e conventos foram os responsáveis pela preservação da antiga

cultura greco-romana e definiam-se como bibliotecas. Por volta do ano de 1440, ocorreu a invenção da imprensa, no ocidente, por Gutenberg<sup>1</sup>. Esta grande invenção modificou sobremaneira a organização social humana, retirando aos poucos a tarefa de reprodução de manuscritos realizada pelos copistas nos mosteiros e passando a ser feita em oficinas especializadas. Essa mudança de cenário fez com que as bibliotecas e os bibliotecários ganhassem maior visibilidade pública e social. De acordo com Ortega (2004, p.2), “esta revolução tecnológica impulsionou a produção do livro, contribuindo para seu barateamento e acelerando e ampliando sua distribuição. Também propiciou o rompimento do monopólio que a Igreja exercia sobre a produção editorial”.

Essa maior visibilidade e relevância pública e social das bibliotecas, como bem observado por Santos e Rodrigues (2013), ganhou impulso no século XVII, primeiramente em alguns países da Europa e depois nos Estados Unidos, “[...] com o surgimento do conceito de biblioteca pública moderna, constituída de acervos gerais de livros e aberta gratuitamente ao público em horários regulares” (ORTEGA, 2004, p. 3). “Em função do surgimento da biblioteca pública e do crescimento dos periódicos, a Biblioteconomia passou a trilhar novos caminhos” (SANTOS; RODRIGUES, 2013, p.119).

Conforme mencionado anteriormente no texto, Gabriel Naudé foi muito importante para fundamentação do campo por ter concebido alguns princípios da Biblioteconomia moderna. Mas, Além de fornecer uma das primeiras conceituações sobre biblioteca como a conhecemos hoje, Naudé trabalhou com a ideia da ordem bibliográfica, a qual permitiria o acesso e o compartilhamento do saber, conduzindo a uma organização da razão política. De acordo com Ortega (2004, p.3)

propôs um método de produção de bibliografias que contava com o levantamento de referências e a identificação de falsificações, o que se caracterizava como uma operação de verificação; esse método proporcionou uma nova forma de realizar uma pesquisa, a qual se iniciava com a elaboração de um inventário, que era um balanço preliminar do conhecimento acumulado. Naudé apresentou a

---

<sup>1</sup> Para um maior aprofundamento sobre as transformações decorrentes da invenção de Gutenberg, recomenda-se a leitura do artigo de Peter Burke (2002) intitulado “Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna”.

biblioteca como necessariamente pública e universal e defendeu um projeto político para substituir a autoridade espiritual da Igreja pela "máquina cultural" da biblioteca.

Entretanto, o termo "biblioteconomia" foi usado pela primeira vez somente em 1839 na obra intitulada "Bibliothéconomie: instructions sur l'arrangement, la conservation e l'administration des bibliothèques", publicada pelo livreiro e bibliógrafo Léopold-Auguste-Constantin Hesse. Mas foi efetivamente no século XIX que as técnicas e práticas dos bibliotecários começam a ser sistematizadas (LAHARY, 1997 Apud ORTEGA, 2004; SANTOS; RODRIGUES, 2013).

É justamente nessa época que a multiplicação das ciências e de suas aplicações tecnológicas faz surgir o fenômeno denominado de explosão documental. Preocupados com esse problema, os pesquisadores belgas Henri La Fontaine (1854-1943) e Paul Otlet (1868-1944) fundaram, no ano de 1895, o Instituto Internacional de Bibliografia. Esse Instituto estabeleceu as bases para a criação de uma grande bibliografia universal com o objetivo de reunir a produção mundial de impressos por meio do registro em fichas (FONSECA, 2007; ORTEGA, 2004). De acordo com Jesse Shera (1980, p. 91), para realizar essa tarefa, La Fontaine e Otlet “[...] tiraram da biblioteconomia suas técnicas e estratégia fundamentais”, pois utilizaram “[...] os catálogos de bibliotecas do tipo tradicional e escolheram o Sistema Decimal de Dewey como base de sua classificação”.

O século XIX é marcado, também, pela crescente importância dos periódicos como veículos de publicação, o que fez surgir a necessidade de organizar e indexar suas unidades de informação para possibilitar a recuperação do seu conteúdo. Em 1876, na primeira conferência da American Library Association (ALA), os bibliotecários e bibliófilos diante das dificuldades encontradas para tratar tecnicamente e recuperar as informações contidas nesses documentos mostraram-se motivados em desenvolver esforços cooperativos (SANTOS; RODRIGUES, 2013). Foi nesse contexto que um grupo de especialistas passou a pensar em métodos e processos que dessem conta da diversidade intelectual dos conteúdos dos periódicos, o que deu origem à Documentação (ORTEGA, 2004; SANTOS; RODRIGUES, 2013). Resulta daí que o bibliotecário deixou de ter como atribuição o tratamento de parte da literatura e a

biblioteca foi se limitando a sua antiga função de custódia de documentos. Ortega (2004, p.3) chama atenção para a possibilidade dessa situação ter influenciado diretamente para uma acentuação do caráter burocrático e tecnicista do fazer bibliotecário, reduzindo seu viés intelectual. De acordo com a autora “acredita-se que este fato tenha colaborado para o não fortalecimento do caráter intelectualizado da profissão bibliotecária, em contraposição à ênfase em atividades burocráticas”.

O movimento de criação e disseminação das bibliotecas públicas contribuiu para desviar a atenção dos bibliotecários dos processos de análise e representação das unidades do conhecimento registrado. O contexto social, cultural e político propiciado pelo Iluminismo, o crescimento do Mercantilismo e, mais tarde, a Revolução Industrial levaram à necessidade de um corpo de trabalhadores alfabetizados e treinados em tarefas manuais específicas. Diante desse cenário, nos Estados Unidos da América (EUA), e, sobretudo, na Inglaterra por volta de 1850 (portanto, no período do auge do crescimento dos periódicos), a biblioteca pública era considerada uma agência educacional das massas e da democratização da cultura. Ortega (2004, p. 4) alerta que “com a absorção do bibliotecário tradicional pela função "educativa" ou pelo culto da educação universal e a negação do significado do serviço de informação, os documentalistas adotaram as técnicas da Biblioteconomia e as aperfeiçoaram”.

Dentro do cenário estadunidense, um dos desdobramentos que se observou dessa cisão entre bibliotecários e documentalistas foram algumas disputas no campo associativo levando a segmentação de associações. Em 1908, um grupo de bibliotecários norte-americanos atuantes em bibliotecas especializadas resolveu desligar-se da ALA para formar sua própria associação, a Special Libraries Association, ao que se sucederam várias outras dissidências (SANTOS; RODRIGUES, 2013).

Segundo Ortega (2004, p. 6), “[...] o período que corresponde ao final do século XIX até metade do século XX foi marcado por uma divisão de interesses entre bibliotecas públicas e processos documentários”, especialmente nos Estados Unidos e Europa. Nos Estados Unidos a Biblioteconomia desenvolveu-se a partir de um paradigma institucional – as bibliotecas públicas - organizadas e definidas pelos parâmetros delineados pela Escola de Chicago. Dessa forma, enquanto os

documentalistas eram vistos como “homens de ciência”, os bibliotecários preocupavam-se com o desenvolvimento das tendências democráticas na sociedade moderna, e passaram a se dedicar aos serviços para o público, através das bibliotecas públicas (SANTOS; RODRIGUES, 2013, p.121).

Para melhor compreendermos os aspectos humanísticos da Biblioteconomia, julga-se necessário dedicar um olhar especial para Escola de Chicago que, na visão de Keitty Vieira e Elaine Lucas (2018), foi um movimento fundamental para ascensão de diversos pesquisadores de vertente humanística da área de biblioteconomia e Ciência da Informação (CI), cujas influências possuem ressonância nos dias atuais.

A Escola de Chicago tem origem na University of Chicago que foi fundada em 1895 a partir da doação de John D. Rockefeller. O departamento de sociologia dessa universidade foi profundamente influenciado pela Escola de Frankfurt e os estudos da teoria crítica de Adorno e Horkheimer. Explica-se: Um dos integrantes do corpo docente da universidade, Albion Small, foi diretor de uma pequena faculdade do Estado de Maine (EUA). Devido ao contexto da época (Os EUA passavam por um período de grande recessão) e interessado na reforma social, Maine criou um Departamento de Sociologia com base no modelo da Escola de Frankfurt, e essa linha de pensamento migrou junto com ele para a University of Chicago (VIEIRA; LUCAS. 2018).

Esse movimento contou com a adesão de outros docentes da própria universidade e não tardou para que diversos departamentos de sociologia fossem surgindo em outras universidades. Tal movimento, embora tenha nascido no departamento de Sociologia, também repercutiu em departamentos como o de Psicologia, Ciências da Comunicação e Biblioteconomia onde podemos destacar as pesquisas de Lee Pierce Butler, Lester Eugene Asheim e Jesse Shera (VIEIRA; KARPINSKI; 2018).

De acordo com Siqueira (2010), os parâmetros delineados pela Escola de Chicago passam a delimitar o modelo de bibliotecas nos EUA, e a biblioteca passa a ser vista como uma instituição social organizada e definida. A função de ser uma

facilitadora em relação ao acesso à informação pelo indivíduo usuário também é incorporada pela biblioteca.

O primeiro doutorado em Biblioteconomia pela University of Chicago foi criado em 1928, e já na década seguinte, se estendendo até pelo menos a década de 1960, a Universidade de Chicago foi considerada o centro intelectual da Biblioteconomia nos EUA (BECKER, 1996). E conforme apontado por Santos e Rodrigues (2013), sua abordagem possuía as bases ideológicas da sociologia e da educação e, por isso, suas pesquisas evidenciavam a função social da biblioteca e do bibliotecário, reconhecendo a biblioteca como uma organização social voltada à memória sociocultural.

Uma mudança de cenário ocorre com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e com o início do que se convencionou chamar de Guerra Fria, pois essas questões socioculturais da informação ficam em segundo plano, prevalecendo as preocupações com as questões políticas, econômicas e bélicas. A informação passa a ter um valor estratégico para os governos, que investem mais em pesquisas científicas e tecnológicas desencadeando uma explosão informacional a partir da qual se criou uma demanda para a emergência de um campo preocupado com a recuperação da informação, acesso e uso das novas tecnologias. Nascia, assim, por volta da década de 60, nos EUA, a Ciência da Informação (SIQUEIRA, 2010; ARAÚJO, 2018; SARACEVIC, 1996; PINHEIRO; LOUREIRO, 1995; GASQUE, 2012).

#### 4 ESTUDOS CULTURAIS, TEORIA PÓS-COLONIAL E ESTUDOS SUBALTERNOS

Os Estudos Culturais (EC) surgem após a segunda guerra mundial decorrente do chamado leavisismo<sup>2</sup>. Por reconhecer que o leavisismo apagava ou não chegava a entrar em contato com as formas culturais compartilhadas pelas classes trabalhadoras, Richard Hoggart irá propor outras formas de analisar a cultura da classe operária. Em sua obra intitulada "Uses of Literacy", Hoggart pretendia romper com o positivismo científico da objetividade sociológica e concentrar-se na "subjetividade", no sentido de examinar a cultura em relação a vidas individuais (HOLLANDA, 1996). Para alguns autores (HOLLANDA, 1996; PRYSTHON, 2010) essa obra configurou-se como o trabalho inaugural dos Estudos culturais.

O marxismo e a semiótica irão formar a base dos Estudos Culturais, onde Stuart Hall estabelecer-se-ia como figura central de uma abordagem mais estruturalista do campo dos EC, na qual o enfoque vai para o exame atento de práticas significantes e processos discursivos. De acordo com Prysthon (2010, p. 4), "os EC estabelecem um diálogo intenso com a teoria francesa, a ponto de poderem ser definidos justamente como um território de fronteira entre as ideias estruturalistas (e pós-estruturalistas) e os fundamentos marxistas". Entre os teóricos franceses que vão influenciar os Estudos Culturais estão nomes como: Foucault, Barthes, Lyotard e Derrida. Essa associação dos EC com a teoria francesa, por tabela, os aproximou da noção de pós-modernidade, cuja arte e cultura, ambas, implicam na prática da citação, na recuperação lúdica do passado, na des-hierarquização, no des-centramento das formas (PRYSTHON, 2010).

Não obstante, como nos indica Prysthon (2010), o pós-moderno não atendeu satisfatoriamente certos pleitos das culturas periféricas. Do ponto de vista periférico, fez-se necessária uma instância teórica que trabalhasse as questões colocadas pelo problema do pós-moderno agenciando simultaneamente a identidade terceiro-mundista (PRYSTHON, 2010, p. 7). Nessa esteira, principiando-se, sobretudo, pelos estudos culturais, a teoria pós-colonial surge como uma abordagem de análise das tensões

---

<sup>2</sup> O leavisismo foi uma tentativa de redisseminar o agora chamado "capital cultural" (Bourdieu) e para isso Leavis propunha usar o sistema educacional para distribuir mais amplamente (para todas as classes) conhecimento e apreciação literários baseados numa "grande tradição", no cânone da alta cultura (PRYSTHON, 2010, p. 2).



resultantes entre o centro e as periferias. Os estudos pós-coloniais incorporam algumas questões de classe e das respectivas formas de opressão das elites coloniais e hegemônicas e, também, das teorias culturalistas no que faz referência às diferentes formas de opressão e discriminação dos diversos excluídos. Interpretam a modernidade a partir de outro lugar, enfatizando a necessidade de fazer uma nova leitura do processo de colonização (AGUIAR, 2016).

Fruto de um movimento político, intelectual e interdisciplinar, que buscou denunciar as situações de opressões diversas, desvendando o antagonismo entre colonizado e colonizador, o pós-colonialismo teve como primeiros representantes Albert Memmi, com a obra “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador”, de 1947, Aimé Cesáire, com o livro “Discursos sobre o colonialismo”, de 1950, e Franz Fanon, com “Os condenados da terra”, de 1968. Outra obra de destaque foi “Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente”, de Edward Said, escritor palestino emigrado nos Estados Unidos. Através de obras como as citadas, propagou-se o questionamento do pensamento ocidental, desvendando também suas faces políticas e ideológicas, uma relevante contribuição para modificar os modos acadêmicos de análises, desconstruindo fronteiras, se articulando com a história, a sociologia, a antropologia e a ciência política (NEVES, 2010; AGUIAR, 2016).

A teoria pós-colonial busca reafirmar o papel do periférico na história e a própria história periférica. Objetiva uma descolonização da história e da teoria configurando-se como uma abordagem alternativa do ocidente. Os estudos pós-coloniais reinseriram o debate da identidade nacional, da representação, da etnicidade, da diferença e da subalternidade no centro da história da cultura mundial contemporânea. Como nos explica Prython (2010, p. 14)

ao contrário da antropologia clássica ou da historiografia tradicional, a teoria pós-colonial poderia representar a periferia diretamente, mais do que isso —já que o pós-colonialismo contesta uma já ultrapassada concepção de representação—, é a própria voz do subalterno que está em jogo. A reescritura periférica da História, ou a desconstrução do Ocidente feita pelos estudos pós-coloniais, portanto, implicou num constante ataque à hegemonia ocidental e, se não uma completa inversão, uma reavaliação dos valores do

cosmopolitismo convencional, uma reacomodação do cânone cultural, o des-  
centramento anunciado pelas teorias pós-modernas, enfim.

Segundo Aguiar (2016) na década de 1980 a teoria pós-colonial se expande para além das fronteiras do mundo anglo-saxão, principalmente com os escritos e pesquisas de Gayatri Spivak<sup>3</sup>. A autora indiana parte de uma crítica aos intelectuais ocidentais, como Gillis Deleuze e Michel Foucault, para refletir sob a prática discursiva do intelectual. Em uma de suas obras mais famosas, “Pode o subalterno falar?”, Spivak constrói seu argumento por meio de um viés problematizador, onde a autora alerta para uma apropriação equivocada do termo subalterno, que segundo ela não pode ser usado para se referir a todo e qualquer sujeito marginalizado. Para a intelectual, o termo subalterno descreve “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12).

Spivak também questiona a posição do intelectual pós-colonial que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Agir dessa forma, Spivak argumenta, “é reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido” (SPIVAK, 2010, p. 14).

Cabe destacar, ainda a criação do Grupo de Estudos Subalternos, na década de 1970, composto em sua maioria por pensadores do sul asiático, tendo como dirigente Ranajit Guha, um historiador indiano de origem marxista. A discussão trazida pelo grupo de estudos subalternos reunia estudiosos de influência gramsciana, tratando das particularidades das sociedades pós-coloniais – ainda restringidos à Índia, ao Paquistão entre outros locais. Trata-se de um movimento desafiante porque procurou desvendar as identidades a partir das relações de poder e não somente com relação aos espaços,

---

<sup>3</sup> Embora tenha se tornado conhecida primeiramente como a tradutora de Derrida e por seu trabalho de desconstrução, hoje, Spivak transita por várias áreas do conhecimento. Sua crítica, de base marxista, pós-estruturalista e marcadamente desconstrucionista, frequentemente se alia a posturas teóricas que abordam o feminismo contemporâneo, o pós-colonialismo e, mais recentemente, as teorias do multiculturalismo e da globalização (ALMEIDA, 2010).

geograficamente falando. São discussões que ganharam notoriedade inicialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, ressaltando-se, ainda, a tradutibilidade e funcionalidade do pensamento gramsciano no sentido de incorporar e sintetizar o diverso (BARATTA, 2011; AGUIAR, 2016; ALMEIDA, 2010; NEVES, 2010).

Essas teorias e debates tiveram influência, também, na América Latina, onde foi fundado em meados da década de 1990 o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, que contava com a participação de teóricos como Walter Mignolo e Aníbal Quijano. A perspectiva crítica e divergências de Walter Mignolo o fazem fundar, no ano de 1998, o Grupo Modernidade/Colonialidade e desagregar o grupo de Estudos Subalternos latino-americano, alegando que os estudos subalternos “não rompem de maneira suficiente com os autores eurocêntricos” (MIGNOLO, 2007, p. 14-15). “O objetivo do grupo seria modificar as estruturas de pensamento, influenciando fundamentalmente os jovens pesquisadores, quanto às particularidades da América Latina, complementando teorias de análise como o sistema mundo e a teoria pós-colonial” (CASTRO GOMÉZ e GROSFUGUEL, 2007 apud AGUIAR, 2016, p.284).

## 5 BIBLIOTECONOMIA: um convite à reflexão crítica

O objetivo desta seção é propor uma aproximação, por parte da Biblioteconomia, com a teoria crítica, a teoria pós-colonial, os estudos subalternos, as epistemologias do sul e demais epistemologias emancipadoras para que as pesquisas em Biblioteconomia possam propor formulações e reflexões críticas com verdadeiro engajamento social com vistas à emancipação da sociedade. Que enquanto ciência interdisciplinar não se permita fechar em torno de uma “razão intransigente cultuada pela normatividade ocidental” (SIMAS; RUFINO, 2018, p.11).

Reconhece-se, através das pesquisas arroladas para este trabalho, que a Biblioteconomia e os profissionais bibliotecários possuem consciência de seu papel na sociedade, e, portanto, tem plenas condições de formular reflexões e realizar diagnósticos críticos a respeito do contexto social, político e econômico que os cercam, contribuindo para a formação de uma Biblioteconomia engajada na formação de uma sociedade mais justa e democrática. Ressalta-se, no entanto, que esse potencial pode ser otimizado através de um contato maior, por parte dos estudantes e profissionais da área, com esses estudos já mencionados. Nesse sentido cabe fazer uma breve apresentação e discussão dessas teorias a fim de promover uma maior familiaridade com essas temáticas, bem como ampliar o espaço para esse tipo de debate na área.

Segundo Melo (2011), a teoria crítica se distingue pelo seu interesse pelas condições emancipatórias socialmente existentes. A expressão “teoria crítica”, surgida na escola de Frankfurt, foi cunhada por Horkheimer e busca superar a teoria tradicional em sua leitura e explicação de mundo. Portanto, a teoria crítica vai procurar mostrar que as coisas poderiam ser, mas não são e que só é possível entender o mundo tal como ele é hoje, a partir do que ele poderia ser. Dessa forma ela consegue enxergar os obstáculos para que se alcance essa configuração melhor do mundo. Por essa razão, Melo (2011, p. 249), ressalta que:

o desafio da teoria crítica consiste em poder renovar seus diagnósticos de modo a tornar possível que continuemos formulando uma perspectiva a partir da qual os obstáculos à emancipação ou potenciais

emancipatórios, quando presentes numa dada sociedade, sejam considerados e analisados de modo crítico.

O diagnóstico de época, por sua vez, é alcançado por meio da crítica imanente e envolve tanto a crítica da sociedade injusta, assimétrica, quanto a crítica do conhecimento que a legitima. “Dessa dupla crítica, devem emergir as condições e as possibilidades que orientam a busca de formas emancipadas de vida” (SILVA, 2016, p. 1).

Essa crítica ao conhecimento que legitima essa sociedade injusta parece fundamental para as pretensões de se fazer uma Biblioteconomia emancipadora e plural. Não se trata de negar o conhecimento dominante, ou buscar inviabilizá-lo, mas perceber que ele, e a realidade produzida por ele não estão esgotadas e que, portanto, há sempre novas alternativas, ou mesmo alternativas não tão “novas”, mas que apenas não tiveram o reconhecimento necessário para que se possa superar o que há de criticável na realidade existente.

Em seu diagnóstico de época da virada do século XX para o XXI, Boaventura de Souza Santos denuncia a colonização da emancipação pela regulação e credita esta situação à ciência moderna e ao direito moderno. Segundo o autor, “a colonização gradual das diferentes racionalidades da emancipação moderna pela racionalidade cognitivoinstrumental da ciência levou à concentração das energias e das potencialidades emancipatórias da modernidade na ciência e na técnica” (SANTOS, 2000: 55-56).

Essa autoridade conferida, em nossa época, à ciência moderna é novamente alvo de crítica por parte do teórico. Para o autor

a ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para lhe considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia. A razão por que privilegiamos hoje uma forma de conhecimento assente na previsão e no controle dos fenômenos nada tem de científico. É um juízo de valor. A explicação científica dos fenômenos é a autojustificação

da ciência enquanto fenômeno central da nossa contemporaneidade. A ciência é, assim, autobiográfica (Santos, 1987:52).

Santos irá apresentar como alternativa, uma teoria crítica pós-moderna a qual ele denomina Epistemologia do Sul. A ideia central dessa epistemologia do sul é a de que não existirá uma justiça social global, enquanto não houver uma justiça epistemológica global entre os conhecimentos. Santos acredita que a diversidade do mundo é inesgotável e, portanto, não há uma teoria geral capaz de organizar toda essa realidade. Na esteira desse pensamento, Santos articula sua teoria da emancipação assentada em três pilares: sociologia das ausências, sociologia das emergências e trabalho de tradução (SILVA, 2016).

A base para compreender a abordagem de Santos, é o entendimento da crítica que o autor faz sobre a razão indolente, que por sua vez manifesta-se em duas formas: como razão metonímica e como razão proléptica. Para Santos, a razão metonímica

é uma racionalidade que facilmente toma a parte pelo todo, porque tem um conceito de totalidade feito de partes homogêneas, e nada do que fica fora dessa totalidade interessa. (...) Esse modo da razão indolente (...) é um dos dois aspectos do desperdício de experiência: contrai, diminui, subtrai o presente (...). Então esse conceito de razão metonímica contrai o presente porque deixa de fora muita realidade, muita experiência, e, ao deixá-las de fora, ao torná-las invisíveis, desperdiça a experiência (Santos, 2007: 25-6).

Conforme elucidado por Silva (2016), em contraposição a esse desperdício de experiência propiciado pela razão metonímica, Santos propõe uma sociologia das ausências. Ao contrário da razão metonímica que contrai o presente, a sociologia das ausências pretende expandir o presente, para incluir nele mais realidade e mais experiência. A sociologia das ausências é, segundo Santos,

o procedimento a través do qual aquilo que não existe (...) é concebido como resultado ativo de um determinado processo social (...). Visa revelar as experiências, iniciativas e concepções (...) suprimidas enquanto expressão de necessidades ou aspirações emancipatórias pelos instrumentos hegemônicos da globalização (...). Permite identificar as condições que criam

a aparente fatalidade da inadequação das lutas contra-hegemônicas locais num mundo globalizado (Santos, 2006: 197).

A segunda manifestação da razão indolente, a razão proléptica seria uma razão assentada em uma concepção de tempo linear que tende a expandir o futuro: “Nossa razão ocidental é muito proléptica, no sentido de que já sabemos qual é o futuro: o progresso, o desenvolvimento do que temos. É mais crescimento econômico, é um tempo ideal linear que de alguma maneira permite uma coisa espantosa: o futuro é infinito (Santos, 2007: 26).

Para contrapor esta razão proléptica, Santos propõe uma sociologia das emergências a qual é definida pelo autor da seguinte maneira:

A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro (o Ainda-Não) sobre as quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica e política que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições (Santos, 2006: 118).

O terceiro pilar da teoria de emancipação proposta por Santos é a tradução. Nas palavras do autor, a tradução

é um processo intercultural, intersocial. Utilizamos uma metáfora transgressora da tradução linguística: é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem ‘canibalização’, sem homogeneização (...). Por quê? Porque é preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade (...). cremos que esse é o princípio fundamental da epistemologia que lhes proponho e que chamo de Epistemologia do Sul, que se baseia nesta ideia central: não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos (Santos, 2007: 40).

Longe de diminuir a importância do trabalho de Boaventura de Souza Santos, é necessário recordar que sua teorização parte de um lugar de fala<sup>4</sup> do homem branco europeu ocidental e sendo assim, consideramos oportuno trazer para o debate uma epistemologia brasileira, de um país que sofre com o colonialismo e processo de subalternização. Trata-se da Epistemologia das Macumbas, apresentada e defendida por Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino em livro intitulado Fogo no Mato: a ciência encantada das macumbas. Nessa obra os autores irão tecer críticas à essa razão ocidental, ao colonialismo e subalternização dos povos periféricos e defender uma visão múltipla de se ler e conhecer o mundo.

Na abordagem dos autores a noção de macumba é compreendida como um fenômeno polifônico, ambivalente e inacabado. A epistemologia das macumbas é assim apresentada pelos pesquisadores:

Assim, lançando mão dos conhecimentos circundantes a esse pluriverso, atando o ponto do que chamamos de uma epistemologia das macumbas, buscamos transgredir com as estruturas coloniais do saber, enunciando e credibilizando a existência e as práticas de conhecimento desse outro historicamente subalternizado. Nessa perspectiva, o termo macumba se expressa de forma ambivalente, é lançado como a expressão que resguarda a intenção de regulação de um poder sobre outro – neste caso, do colonialismo para com as práticas colonizadas -, mas também aponta um vazio deixado. É neste vazio – fresta – que eclodem as táticas de resiliência que jogam com as ambiguidades do poder, dando golpes nos interstícios da própria estrutura ideológica dominante. Assim, as culturas identificadas como macumbas emergem tanto de seus repertórios vernaculares quanto dos vazios deixados pela ordem ideológica vigente (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 14).

---

<sup>4</sup> Lugar de fala é uma releitura ou reformulação da *feminist standpoint theory*, ou teoria do ponto de vista feminista, concebido pela feminista negra norte-americana Patricia Hill Collins.

Embora não negue o aspecto individual, o lugar de fala confere uma ênfase ao lugar social ocupado pelos sujeitos numa matriz de dominação e opressão, dentro das relações de poder, ou seja, às condições sociais que autorizam ou negam o acesso de determinados grupos a lugares de cidadania. Trata-se, portanto, do reconhecimento do caráter coletivo que rege as oportunidades e constrangimentos que atravessam os sujeitos pertencentes a determinado grupo social e que sobrepõe o aspecto individualizado das experiências (RIBEIRO, 2017).



Para Simas e Rufino (2018, p. 21),

a construção do cânone ocidental alçou a sua edificação em detrimento da subalternização de uma infinidade de outros conhecimentos assentados em outras lógicas e racionalidades. A pretensão de grandeza do cânone, na busca por ser o único modo de saber possível, provocou o desmantelamento cognitivo, o desarranjo das memórias, o trauma físico, simbólico e a perda da potência de milhares de mulheres e homens que tiveram como única opção o enquadramento na norma. Porém, em meio a essas travessias sempre existiram encruzilhadas para serem praticadas.

Nessa perspectiva surge outro conceito fundamental para compreender a obra dos autores, o conceito de “pedagogia das encruzilhadas”. Esta é definida por Simas e Rufino (2018, p.22) como “um contragolpe, um projeto político/epistemológico/educativo que tem como finalidade principal desobsediar os carregos do racismo/colonialismo através da transgressão do cânone ocidental”.

“Os conceitos emergentes de uma epistemologia subalterna visam o deslocamento da primazia do modelo de racionalidade fundado e gerido por uma política racista/colonial” (SIMAS; RUFINO, 2018, p.27). É importante compreender que não se trata de negar uma visão de mundo, mas de acrescentar outras visões e promover a mistura delas. Promover o cruzamento, superando binarismo e a dicotomia que busca a superação de um lado pelo outro.

## **6 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: uma ferramenta da Biblioteconomia e possível aliada na promoção dos estudos subalternos.**

No capítulo anterior buscou-se apresentar e expor, ainda que brevemente, algumas teorias sociais a fim de aproximá-las dos estudos e fazeres biblioteconômicos. Acredita-se que uma articulação entre ambos pode contribuir, sobremaneira, para que a Biblioteconomia fortaleça sua própria identidade e papel social na construção de uma sociedade plural. Agora é a vez de, no sentido oposto, mostrar que a Biblioteconomia também pode dar sua contribuição para o fortalecimento desses estudos. Uma das formas pela qual entendemos que Biblioteconomia pode contribuir para o alargamento do debate sobre teorias pós-coloniais e estudos subalternos é através da chamada competência crítica em informação.

A noção de Competência em Informação remete a década de 1970 quando em 1974 a expressão *Information Literacy* foi cunhada pelo bibliotecário estadunidense Paul Zurkowski e mencionada no relatório intitulado *The information service environment relationships and priorities*. De acordo com Silva (2016), o documento propôs a adoção, nos Estados Unidos da América, do letramento informacional como ferramenta de acesso à informação.

Vitorino e Piantola (2009, p. 131) destacam que, “desde seu surgimento, o uso do termo *information literacy* tem sido alvo de intensas discussões, já que historicamente se entende *literacy* apenas em um nível básico de aquisição de habilidades, mais especificamente, de leitura e de escrita”. A sua tradução para a língua portuguesa também gerou controvérsias, constando na literatura várias expressões como competência em informação, competência informacional, letramento informacional e alfabetização em informação (VITORINO e PIANTOLA, 2009).

De acordo com Dudziak, competência em informação pode ser definida como a “mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes direcionada ao processo construtivo de significados a partir da informação, do conhecimento e do aprendizado” (DUDZIAK, 2008, p. 42). Embora, se reconheça a importância dessas habilidades de caráter mais técnico, consideramos fundamental o debate sobre uma perspectiva mais

crítica da competência em informação.

Para corroborar com esse entendimento Bezerra (2015) nos conta que alguns autores da ciência da informação, Biblioteconomia e áreas afins têm considerado necessário enfatizar o componente crítico da competência em informação. Assim, Vitorino e Piantola, baseadas em pesquisadores norte-americanos, ampliam o conceito e destacam o papel social da competência informacional, entendida não apenas como “uma reunião de habilidades para acessar e empregar adequadamente a informação”, mas também como “uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas” (VITORINO & PIANTOLA, 2009, p. 136 Apud Bezerra, 2015).

Portanto, em uma perspectiva crítica, a competência informacional deve ser mais amplamente entendida como uma “arte que vai desde saber como usar os computadores e acessar a informação até a reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico, o que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação que recebemos cotidianamente” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 138).

Destarte, considera-se que a Competência Crítica em Informação, ao induzir uma reflexão por parte do pesquisador sobre os condicionantes econômicos, culturais e políticos da produção, circulação e utilização de informação no âmbito dos sistemas sociais vigentes, poderá contribuir para novos questionamentos acerca da hegemonia do pensamento e de teóricos eurocentristas, em prol de uma justiça epistemológica global.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização trouxe à baila o pensamento europeu, que por sua vez, imprimiu aos povos originários latino-americanos e os povos das demais colônias ao redor do globo terrestre, não só a marca da dependência financeira, mas foram também cruciais, sobretudo, para a expansão de uma influência intelectual e um colonialismo cultural que, juntos com a propriedade privada, marcaram nossa formação econômico-social.

Entende-se que a Biblioteconomia foi e é influenciada por um modo de ler o mundo de maneira ocidentalizada. Entretanto, sempre houve uma fresta por onde se fez florescer trabalhos de cunho crítico-social dentro do campo. Diante da importância das propostas epistêmicas aqui apresentadas e de seu caráter social e interdisciplinar, acredita-se que a Biblioteconomia bebendo da teoria pós-colonial, das epistemologias do sul e da epistemologia das macumbas, possa contribuir para promoção de um giro decolonial que abra espaço para debates sobre descolonização, autonomia, identidade e emancipação, promovendo uma visão de mundo mais democrática, mais plural e mais inclusiva.

Segundo nos contam Simas e Rufino (2018, p. 51), a “boca de Enugbarijó, aquela que tudo come, é a mesma que devolve o que engoliu de forma restituída. Engole de um jeito e devolve de outro, inferindo dinamismo e transformação”. É exatamente o que se espera da Biblioteconomia nesse trabalho, que, assim como na máxima citada acima, a Biblioteconomia possa superar uma postura passiva diante das epistemologias com as quais entra em contato, assuma uma posição de sujeito em relação a elas e devolva-as para sociedade de uma forma diferente. Que esse processo de transformação contribua para a formação de uma sociedade maior justiça epistemológica e social.

Por fim, se reconhece as limitações dessa pesquisa e salienta-se que não há nenhuma pretensão de se esgotar o debate nesse trabalho. Por esta razão, junto à importância que se acredita merecer este tema, sugere-se e incentiva-se outras pesquisas que visem explorar as aproximações aqui propostas. Ainda há muito espaço para o debate e o convite está feito!

**REFERÊNCIAS:**

- AMARAL, S. A. Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 2, 12 p., 1995.
- AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica?. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.21, n.41, p.273-289, jul./dez. 2016.
- ALMEIDA, Sandra R. Goulart. Prefácio: apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad.: Sandra Regina G. Almeida, Marcos P. Feitosa, André P. Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- BARATTA, G. **Antonio Gramsci em contraponto**. São Paulo: UNESP, 2011.
- BECKER, Howard. **A Escola de Chicago**. Mana, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/7ZFhe8>>. Acesso em: 22 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131996000200008>.
- BEZERRA, A. C. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 16, 2015.
- BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos avançados**, São Paulo, jan./abr. 2002, n. 44, v. 16, p. 173-185.
- CIOTTA NEVES, Rita. A Perspetiva Pós-Colonial de Antonio Gramsci: Os Subalternos. Babilónia. **Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução** 2010, Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=56118082005>. ISSN 1645- 779X. Acesso em 19 jan. 2019.
- CUNHA, M. V. O papel social do bibliotecário. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 15, 1º sem. 2003. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- DUDZIAK, E. A. O Bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007.
- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade**, v. 18, n. 2, 2008.
- FONSECA, Edson Nery da. **Introdução a biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 2007.

GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 83-92, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf>> Acesso em: 19 de dez. 2018.

GERHARDT, Tatiana E; SOUZA, Aline C. **Aspectos teóricos e conceituais**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p. ISBN 9788522458233.

GOLDENBERG, M. (1997). **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Estudos Culturais na Academia**. In: Seminário Trocas Culturais na Era da Globalização, 1996, Rio de Janeiro. (<http://www.ufrj.br/pacc/global.html>)

HORKHEIMER, M. **Teoria tradicional e teoria crítica**. In: Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas. São Paulo: Abril Cultural 1975. (Coleção os pensadores, v.48).

LIMA DOS SANTOS, Ana Paula; FONSECA RODRIGUES, Mara Eliane. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jan. 2014. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/248/264>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LÜDORF, S. M. A. **Metodologia da pesquisa: do projeto à monografia**. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

MACHADO, Elisa; ELIAS JUNIOR, Alberto; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 19, p. 115-127, dez. 2014. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2263/1521>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MELO, Rúrion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, Aug. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000200002&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000200002>.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). (2001). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes.

NOBRE, M. Max Horkheimer: **a teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio**. In: NOBRE, M. (Org). Curso livre de teoria crítica. Campinas: Papirus, 2008.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.5, n. 3, p. 1-16, out. 2004.

PRYSTHON, A. Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens**. Universidade Tuiuti do Paraná, v. 9, n. 1, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), **Um discurso sobre as ciências**, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000), **Crítica da razão indolente: contra o desperdício de experiência**, São Paulo, Cortez Editora.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2006), **A gramática do tempo: por uma nova cultura política**, São Paulo, Cortez Editora.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007), **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**, São Paulo, Boitempo Editorial.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 1, n. 1, mar. 2008. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 6, n. 1, june 1977. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92>>. Acesso em: 05 june 2019.

SILVA, Josué Pereira da. Epistemologia do Sul como Teoria Crítica? Nota crítica sobre a teoria da emancipação de Boaventura de Sousa Santos. 40º Encontro Anual da Anpocs. Anais... Caxambu, 2016. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st33-3/10493-epistemologia-do-sul-como-teoria-critica-nota-critica-sobre-a-teoria-da-emancipacao-de-boaventurade-sousa-santos/file>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

SIMAS, L. A; RUFINO, L. **Fogo no mato: A ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Márula, 2018.

SIQUEIRA, Jéssica Camara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.15, n. 3, p. 52-66, set./dez.2010.

SPIVAK, Gayatri C. **Estudios de la Subalternidad**. In: Estudios postcoloniales. Ensayos fundamentales. 2008. Disponível em: <[http://www.ozebap.org/biblio/pdf/estudios\\_postcoloniales.pdf](http://www.ozebap.org/biblio/pdf/estudios_postcoloniales.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional–bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>> Acesso em: 16 de jan. 2019.

VERGUEIRO, W. 1988. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, 1988, vol. 16, no. 2, p. 207-215